



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

SUMÁRIO

1. Objeto da contratação.....	2
2. Forma de contratação	5
3. Requisitos do fornecedor.....	7
4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação	8
5. Modelo de gestão	9
6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto	10
7. Obrigações da Contratada	10
8. Regime de execução.....	11
9. Condições de recebimento do objeto	16
10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual	16
11. Forma de pagamento	17
12. Condições de reajuste.....	17
13. Garantia contratual	17
14. Plano de contratações	17
15. Responsável pela elaboração do TR	17
ANEXO I.....	19
1. Especificações técnicas do objeto	19
ANEXO II	20
1. Valor estimado da contratação.....	20
ANEXO III.....	23





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Termo de referência para prestação de serviço por intermédio de sistema de operação de pagamentos via crédito, débito e pix, com disponibilização de terminais, para a livraria do senado federal

Processo 00200.021710/2024

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

O objeto do presente Termo de Referência é a prestação de serviço mensal por intermédio de sistema de operação de pagamentos via crédito, débito e pix, de forma online (via integração com livraria virtual) e de forma física (com disponibilização de terminais), para a livraria do Senado Federal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual

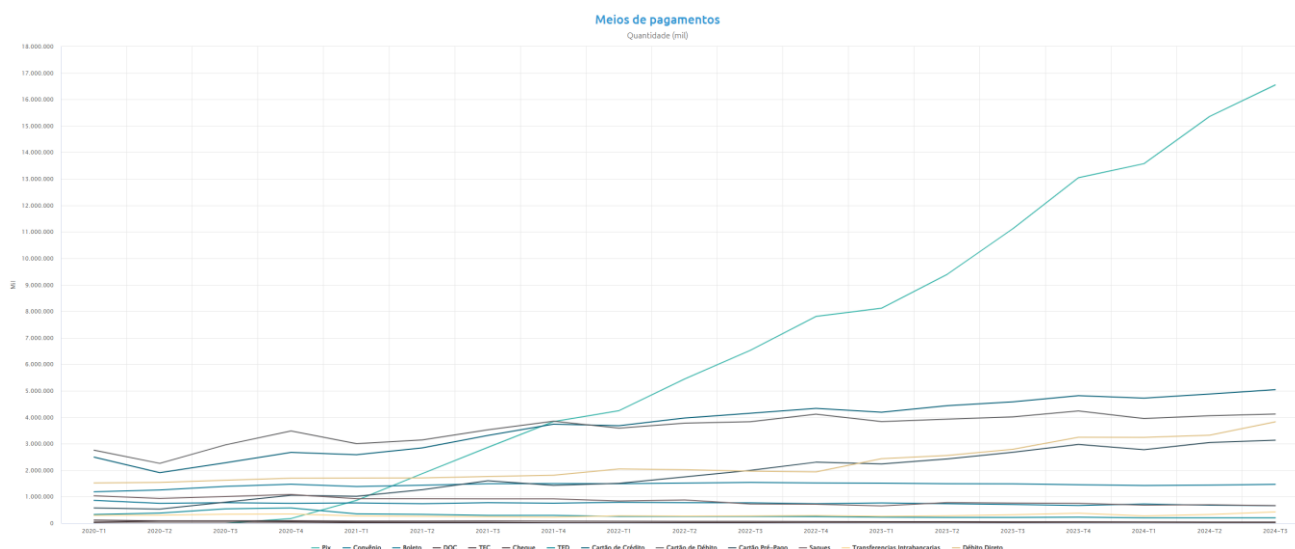
1.2.1.1. O serviço de pagamento por cartões de crédito e débito continua essencial para garantir a acessibilidade e a conveniência dos clientes da Livraria do Senado. Essa forma de pagamento já se consolidou como a preferência da maioria dos consumidores, tanto nas lojas físicas, quanto nos eventos literários e na loja online. Ademais, a utilização de pagamento digital permite maior controle financeiro e segurança nas transações, reduzindo a necessidade de manuseio de dinheiro em espécie e minimizando riscos operacionais.

As últimas análises do BCB datam de junho de 2024, e demonstram que o PIX foi utilizado para 39% das transações em 2023. Já os cartões tiveram participação de 41% (crédito, débito e pré-pago), conforme tela abaixo (<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/spbadendos?ano=2024>)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES



1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada

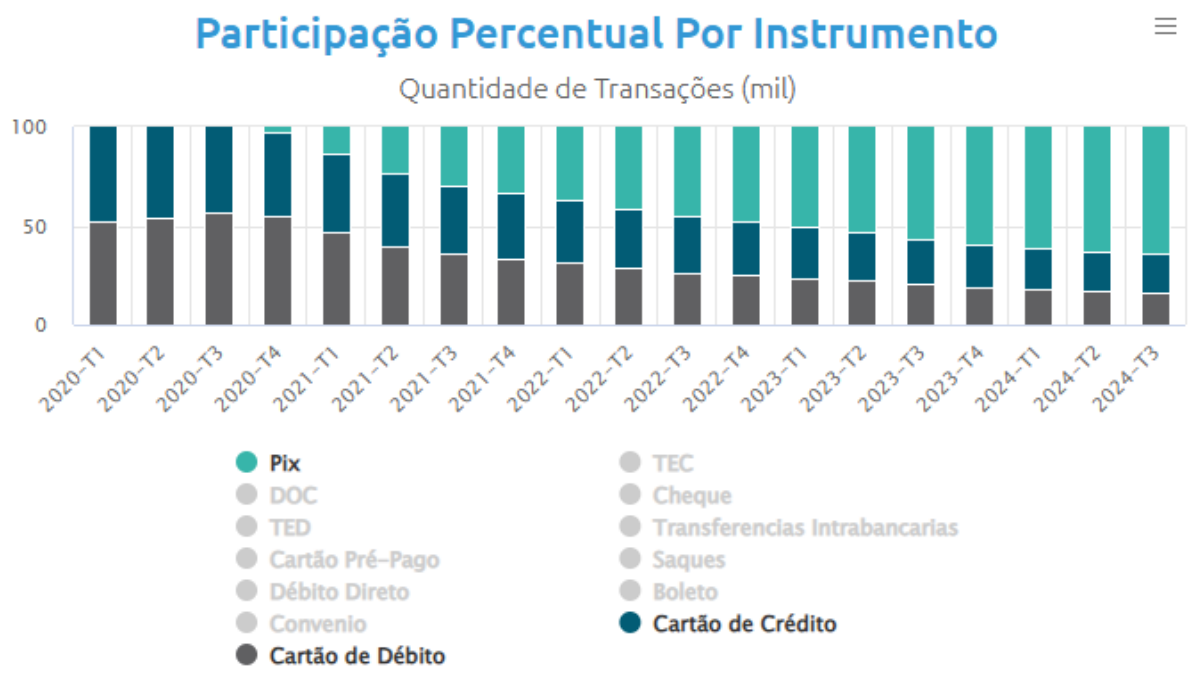
1.2.2.1. O quantitativo previsto no termo de referência para a contratação do objeto em tela é aquele que, a partir de análise empreendida por este Órgão Técnico, reflete a necessidade da administração, considerando que:

- Poderá haver até 2 eventos externos concomitantes e duas lojas físicas, totalizando 4 operações de venda simultaneamente
- Cada operação de venda em feira necessita de 3 máquinas, e cada operação em ponto de venda (PDV) necessita de duas máquinas.
- Para identificação da quantidade contratada, a SEGRAF considerou o levantamento histórico de 2023 e 2024, referente ao valor total de livros comercializados na loja online. O montante foi de, aproximadamente, R\$ 1.674.000,00 (um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil reais) anuais. Adicionalmente, podemos contabilizar um montante de R\$ 40.000,00 por feira do livro. Totalizando R\$ 400.000,00.
- Em síntese, espera-se que seja transacionado, aproximadamente, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) anualmente.
- Conforme dados do BCB, os pagamentos realizados com PIX, crédito e débito estão sendo realizados nas seguintes proporções: 64% no pix (o famoso pix na maquininha, via QR Code), 20% do crédito, 16% no débito)





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES



Assim, projeta-se que o total transacionado no próximo contrato se inicie com a seguinte configuração:

Pix	R\$ 1.280.000,00
Crédito	R\$ 400.000,00
Débito	R\$ 320.000,00

1.2.3. Resultados esperados com a contratação

1.2.3.1. A contratação do objeto do presente Termo de Referência tem por objetivo a disponibilização de terminais com operação via crédito, débito e pix para a livraria do Senado Federal

Para essa finalidade, entende-se que, considerando uma perspectiva de custo x benefício, a contratação do objeto em tela é a que melhor atende à Administração, pois a alternativa seria comprar maquininha e desenvolver gateway próprios de pagamento, algo complementemente improdutivo.

Considera-se, ainda, que as especificações exigidas neste Termo de Referência para o objeto da contratação são aquelas estritamente necessárias para garantir o atendimento do interesse da Administração, sem comprometer de forma





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

injustificada a competitividade do certame, uma vez que adotam situações amplamente difundidas pelo mercado, consolidando ampla participação.

1.2.4. Número do contrato vigente ou vencido

1.2.4.1. Contratos / Atas de Registro de Preço (ARP) que serão substituídas com a contratação

Nº Contrato / ARP	Objeto	Término da vigência
95/2020	Contratação de empresa especializada em solução de intermediação de pagamento por meio eletrônico, que realize captura, roteamento, transmissão e processamento de transações financeiras nos recebimentos por cartão de crédito e débito, com aceitação mínima das bandeiras ELO, VISA, VISA ELECTRON, MASTERCARD e MASTERCARD MAESTRO nas livrarias presenciais do SENADO FEDERAL, nos eventos itinerantes realizados no Brasil através das feiras do livro e na livraria virtual, com fornecimento de terminais móveis de captura de transações, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	31/08/2025

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por meio de licitação

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, em razão de o objeto da presente contratação poder ser classificado como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, consoante preceituam o art. 6º, incisos XIII e XLI; e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. Não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação, visto que a sistemática é realizada para um fim completamente diferente do objeto em tela, tornando seu uso





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

impossível. A contratação em tela não se enquadra em nenhuma hipótese prevista no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

2.4. Critério de julgamento da contratação

Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações do edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

2.4.1. O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

Será adotado o critério de adjudicação “global”, tendo em vista a existência dos seguintes fatores técnicos/econômicos que justificam o agrupamento dos itens em um único grupo:

- Critérios técnicos: Faz-se necessário que a mesma máquina de cartão ou o mesmo sistema de cobrança ofereça as opções de PIX, crédito e débito. A adjudicação por item poderia levar a necessidade de manter 3 máquinas em mãos para cada transação, a depender do tipo de operação escolhida pelo cliente, o que é totalmente improdutivo

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. A participação de consórcios no certame que se originará do presente Termo de Referência não será permitida, em razão da complexidade e o vulto do objeto não limitarem a participação de fornecedores aptos a executar o objeto. Os potenciais fornecedores, em sua maioria, dispõem de condições de participar isoladamente do certame e prestar a integralidade do objeto, não sendo o caso de permitir a junção de esforços de 2 (duas) ou mais empresas para a execução da contratação pretendida. Nesse caso, a possibilidade de participação de consórcios poderia limitar a competitividade do certame, uma vez que se admitiria que empresas se associem e não disputem individualmente o objeto da licitação.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. N/A

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

2.8.2. A não aplicação do tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 se deve a impossibilidade das grandes operadoras de sistemas de pagamentos possam participar do pregão. Em tese, são elas que teriam as melhores condições financeiras e maiores possibilidades de suporte/controlar a operação. Portanto, prova-se mais vantajoso para a administração pública a não aplicação conforme disposto no art. 49 da LC 123/2006.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria

3.1.1. Para realizar a integração entre serviço de transação online (por intermédio da livraria do Senado Virtual), será facultada a vistoria, em conformidade com o anexo III.

3.1.2. A vistoria técnica será facultada em caso de a empresa necessitar de averiguação da integração do sistema de serviço próprio com o sistema de execução de vendas da livraria, pois por meio da vistoria podem ser detectadas e sanadas as incompatibilidades que vierem a ser encontradas.

3.2. Capacidade Técnica

3.2.1. Será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência contempla a execução das atividades de que exigem grande segurança de dados, visto que irá transacionar dados de milhares de brasileiros. Portanto, deverá a licitante apresentar:

3.2.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 6 (seis) meses consecutivos, serviços transação financeira via operação de crédito, débito e pix, com disponibilização de terminais similares, em características e quantidades, ao objeto desta licitação.

a) Quanto às características, considera-se similar a execução dos serviços de transação financeira via operação de crédito, débito **ou** pix, com disponibilização de terminais, não necessariamente com as exatas especificações de execução estabelecidas no **Anexo I** deste TR.

b) Para a comprovação do lapso temporal estabelecido no **subitem 3.2.1.1** será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, desde que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes.

c) Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

3.2.2. A eventual contratação de uma empresa sem capacidade técnica traz sérios riscos financeiros para o Senado, haja vista que o serviço contratado é para viabilizar a comercialização dos livros da Livraria do Senado Federal, bem como a participação dela nas feiras do livro. Além disso existem diversos componentes de custos que ocorrem paralelamente à participação das feiras, como: montagem do estande, tais como: locação do espaço, pagamento de diárias, pagamento de passagens, envio de livros para outros estados etc.

3.2.3. Será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pelas licitantes, porquanto faz-se necessário mitigar o risco de o poder público contratar empresas que não possuem capacidade mínima de operar estas comercializações, conquanto trate-se de solução especializada.

3.2.4. Não será exigida a prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da licitante.

3.2.5. Qualificação econômico-financeira

3.2.5.1. Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.2.5.2. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a.1) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor de sua proposta; ou alternativamente

a.2) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

a.2.1) $\text{Liquidez Geral (LG)} = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

a.2.2) $\text{Solvência Geral (SG)} = (\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

a.2.3) $\text{Liquidez Corrente (LC)} = (\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

As exigências de qualificação econômico-financeira acima são razoáveis, uma vez que visam demonstrar a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, atendem o disposto no art. 69 da Lei 14.133/2021 e, ainda, a contratação não se encaixa em nenhuma das hipóteses de dispensa previstas no art. 70, III, da Lei 14.133/2021.

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

4.1.1. A formalização do ajuste será feita por meio de contrato tendo em vista que a contratação objetiva a prestação de serviços, na forma do art. 95 da Lei nº 14.133/21.

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. O contrato decorrente deste Termo de Referência terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, até o limite de 10 (dez) anos, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1.1. A caracterização do serviço objeto deste TR como sendo de prestação continuada se deve à essencialidade e habitualidade da operação de pagamentos eletrônicos para o funcionamento da Livraria do Senado

O serviço de processamento de pagamentos via PIX, cartão de crédito e débito é fundamental para a realização das transações comerciais, sendo parte integrante da experiência do usuário e da sustentabilidade financeira do negócio. Sua continuidade é indispensável, pois:

- A indisponibilidade desse serviço resultaria na impossibilidade de recebimento de valores das vendas realizadas na loja virtual, impactando diretamente a experiência do usuário e aumentando o risco de imagem.
- A falta de um meio de pagamento eficiente pode gerar perda de clientes e queda nas vendas, comprometendo a competitividade da plataforma.
- O serviço deve ser prestado de forma ininterrupta, pois sua interrupção pode afetar a credibilidade do comércio eletrônico e gerar insatisfação dos consumidores.
- Como os meios de pagamento exigem suporte contínuo, atualizações de segurança e conformidade regulatória, a prestação do serviço deve ocorrer de maneira contínua e ininterrupta.

Dessa forma, a natureza do serviço exige sua contratação sob a modalidade de prestação continuada, garantindo estabilidade, previsibilidade financeira e segurança operacional para a loja virtual.

4.2.2. Caso as partes não se interessem pela prorrogação do contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias antes do término da vigência contratual.

4.2.3. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

5.1.1. Gestor titular: Rodrigo César de Melo Barbosa - 255078

5.1.2. Gestor Substituto: ATSEGRAF (Assessoria Técnica da SEGRAF)

5.1.3. Fiscal titular: Lara Luiza Rocha Scherzer Polesso - 364104

5.1.4. Fiscal Substituto: SELIVR

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará por pelo email segrafcontratos@senado.leg.br

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. A Contratada iniciará a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, compreendendo a disponibilização dos terminais, a parametrização junto à livraria do Senado e o início da operação por parte dos clientes finais no prazo de 10 dias úteis, a contar da assinatura do contrato.

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada, além de outras previstas no instrumento convocatório e seus anexos ou decorrentes da natureza do ajuste:

7.1.1. manter, durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

7.1.2. apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

7.1.3. efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do ajuste;

7.1.4. manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

7.1.5. manter preposto para este ajuste que irá representá-la sempre que for necessário.

7.1.6. responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

7.1.7. não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;

7.1.8. não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;

7.2. Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.

7.3. Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

7.4. Obrigações do contratante

7.4.1. Em conformidade com a minuta padrão do Senado Federal.

8. Regime de execução

8.1. Definições Básicas:

8.1.1. Sistema de operação de pagamento: é o sistema que institui o aceite dos cartões de crédito/débito e as operações via pix, indicados pelo objeto deste certame, pelo contratante, como meio de pagamento de bens e serviços aceitos, afiliado às redes de estabelecimentos identificados pelas bandeiras dos respectivos cartões de crédito/débito, a ser implementado na Livraria Virtual (mediante integração) e nos pontos de vendas (PDV's) (mediante terminais)

8.1.2. Bandeiras: são as instituições detentoras dos direitos de propriedade e franqueadoras de suas marcas ou logomarcas que identificam os meios de pagamento responsáveis por regulamentar e fiscalizar a emissão dos meios de pagamento, a afiliação de estabelecimentos, e o uso e padrões operacionais e de segurança.

8.1.3. Cartão de crédito/débito: é o cartão plástico fornecido ao portador (consumidor) ou o cartão virtual, mediante sua filiação ao Sistema de Cartões de crédito/débito, sendo, portanto, o instrumento nominativo e intransferível de identificação do portador, que o habilita a adquirir bens e serviços nas unidades dos contratantes, nos termos e condições constantes do contrato mantido entre aquele e a Administradora dos mesmos.

8.1.4. Portador: pessoa para a qual as Administradoras de cartões de crédito/débito permitem e autorizam a emissão do cartão de crédito/débito de sua bandeira. Podem ser portadores os titulares dos cartões, bem como pessoa por eles indicadas como “cartão adicional”. Em quaisquer dos casos, a responsabilidade pelo pagamento das compras e serviços é única e exclusivamente do titular.

8.1.5. Comprovante de Venda (CV): documento emitido no estabelecimento dos





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

contratantes, que discrimina a data da compra realizada com o cartão de crédito/débito/pix pelo seu portador. Esse documento, que conterà identificação, a data da transação, o valor e a forma de pagamento devidamente autorizada pela Administradora do Cartão, representa o reconhecimento do débito pelo titular e o compromisso de pagamento aos contratantes pela contratada.

8.1.6. Domicílio Bancário: banco, agência e conta corrente cadastrados para receber créditos e débitos decorrentes de transações com meios de pagamento.

8.1.7. Emissor: Entidade autorizada a emitir cartões com as marcas das bandeiras com validade no Brasil e/ou no exterior.

8.1.8. Transação: operação em que os contratantes celebram, através do meio de pagamento, a quitação da venda dos seus produtos.

8.2. Da parametrização na livraria Virtual

O Senado Federal possui sua livraria virtual que comercializa aproximadamente R\$ 1.600.000,00 por ano. Assim, constitui parte integrante do **sistema de operação de pagamento** ofertado pela contratada:

8.2.1. Realizar parametrização com sistema de e-commerce pelo Senado Federal em sua livraria virtual (www.livraria.senado.leg.br), efetuando toda e qualquer adequação necessária para permitir ao consumidor realizar compras dentro do site utilizando cartões de crédito, débito e pix.

8.2.2. Prover manutenção e assistência técnica de possíveis atualizações da solução, sem ônus adicional ao Senado Federal.

8.2.3. Realizar novas parametrizações, sem ônus ao Senado Federal, caso o site da livraria seja modificado.

8.2.4. Executar todas as rotinas de segurança de TI necessárias para garantir a segurança dos usuários finais e da contratante.

8.3. Das Bandeiras e operacionalidade:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

8.3.1. A empresa contratada deverá integrar o credenciamento da contratada às unidades do contratante, habilitando-as para aceitar os cartões de crédito/débito e operações via PIX no modelo QR Code, Chave única e Chave aleatória (para compras online), bem como:

8.3.1.1. Possibilitar, ao menos, abrangência seguintes operadoras de cartões do mercado: ELO, VISA, VISA ELECTRON, MASTERCARD e MASTERCARD MAESTRO, AMEX E HIPERCARD

8.3.1.2. Realizar a emissão, geração e transmissão de arquivos eletrônicos às transações realizadas nas vendas.

8.4. Dos Terminais:

Além da Livraria virtual, o Senado Possui 2 pontos de venda físicos em Brasília (nas dependências do Senado Federal) e participa de feiras e eventos literários em todo o território nacional. Para permitir a operacionalização física do sistema nos locais, compete à empresa contratada:

8.4.1. Disponibilizar 10 terminais de operação, os quais deverão ser entregues no Serviço de Livraria da SEGRAF, Bloco 7 do SENADO, localizado à Via N2, Brasília-DF, CEP 70.165-900.

8.4.2. Responsabilizar-se pela entrega e recolhimento, quando for o caso, dos terminais, nas dependências do Senado (Serviço de Livraria da SEGRAF, Bloco 7 do Senado Federal, localizado à via N2, Brasília-DF, CEP 70.165-900). Nos casos de substituição de equipamentos por problemas que impeçam seu perfeito funcionamento durante algum evento externo, inclusive em outros estados da Federação, A CONTRATADA deverá promover substituição. Ela receberá, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, o cronograma e local de realização dos acontecimentos.

8.4.3. Ofertar terminais móveis que permitam a captura eletrônica de transação com tarja magnética e com tecnologia de internet móvel 4G (velocidade mínima admitida), devendo os terminais também oferecerem o pagamento por aproximação (NFC), na função Pix, crédito e débito.

8.4.4. Fornecer as respectivas bobinas necessárias para emissão de comprovante dos terminais móveis, mantendo estoque regulador mínimo de 5 bobinas por equipamento nas dependências do Senado Federal.

8.4.5. Prover manutenção e assistência técnica para os terminais móveis, sem ônus adicional ao Senado Federal.

8.4.5.1. Nos casos em que os reparos e/ou consertos não possam ser realizados nas dependências do Senado Federal e/ou na dos eventos em que a instituição participe, os terminais com defeito





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

deverão ser retirados e substituídos por outro com características mínimas iguais ao principal, permanecendo esse sobre a posse do Senado até que haja retorno do terminal consertado. O conserto e/ou substituição dos referidos terminais não podem ultrapassar o prazo máximo de 48 horas a partir da solicitação do gestor/fiscal.

8.4.6. Oferecer terminais móveis com os respectivos carregadores e chips, bem como qualquer outro elemento necessário para seu funcionamento, sem que o Senado necessite realizar qualquer contratação adicional para promover seu pleno funcionamento em âmbito nacional.

8.4.7. OS terminais devem permitir a emissão de extratos diários.

8.4.8. Atualizar softwares dos equipamentos fornecidos, quando necessário.

8.5. Da Taxa de intermediação

8.5.1. A empresa prestadora do serviço será remunerada por meio de taxa de intermediação, sendo essa um percentual aplicado sob cada **transação** efetuada por meio do **sistema de pagamento contratado**.

8.5.2. A taxa de intermediação será apresentada e utilizada em valor percentual (Ex: 1,58%)

8.5.3. Na fase de licitação, a empresa deverá compor planilha total do **VSDTI (Valor do Serviço decorrente de taxas de intermediação)**, utilizando uma taxa para cada modalidade de operação (PIX, crédito, débito), sendo considerada vencedora a empresa que **apresentar o menor VSDTI (Valor do serviço decorrente de taxas de intermediação)**,

$(\text{Taxa PIX} * \text{R\$ } 1.280.000,00) + (\text{Taxa crédito} * \text{R\$ } 400.000,00) + (\text{Taxa débito} * \text{R\$ } 320.000,00) = \text{VSDTI (Valor do Serviço decorrente de taxas de intermediação)}$.

8.5.4. Destaca-se que os montantes apresentados são baseados em transações atuais, e o comportamento do consumidor irá variar.

8.5.5. A empresa deve honrar com os percentuais apresentados, independentemente do comportamento do consumidor e do total transacionado em cada modalidade durante a execução do contrato.

8.5.6. O VSDTI será descontado de forma mensal do montante a ser repassado ao Senado Federal, conforme Seção 8.7 do presente TR

8.6. Da prestação de contas

Como forma de permitir o controle financeiro do Senado, faz-se necessário que a empresa contratada cumpra regras de transparência, devendo ela:





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

8.6.1. Encaminhar, até o segundo dia útil de cada mês, relatório resumido com as seguintes informações: Venda bruta, taxas e valor líquido a repassar, para cada uma das modalidades (PIX, crédito e débito).

8.6.2. Disponibilizar, sempre que solicitados, arquivos em formato CSV e/ou Excel com as transações realizadas, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação.

8.6.3. Disponibilizar relatórios de conciliação, com informações de localizadores das transações financeiras realizadas com o recebimento por cartão de débito, crédito e pix na unidade do contratante. Estes relatórios devem contemplar o recebimento por data, valores, clientes, rejeições, vendas, bem como ter a opção para serem gerados pelo contratante, também em formato CSV e/ou Excel.

Emitir extratos financeiros e/ou relatórios periódicos mensais com a descrição das operações realizadas, com o valor bruto recebido, o desconto praticado decorrente da taxa de administração e o valor líquido a ser repassado, bem como possibilitar ao contratante gerar essas informações, inclusive com separação por equipamento.

8.6.4. Fornecer, sempre que necessário e solicitado, sem qualquer ônus ao contratante, as consultas e transações abaixo relacionadas:

- Venda diária via crédito de todos os estabelecimentos + despesas decorrentes da aplicação das taxas de intermediação;
- Venda diária via débito de todos os estabelecimentos + despesas decorrentes da aplicação das taxas de intermediação;
- Venda diária via PIX de todos os estabelecimentos + despesas decorrentes da aplicação das taxas de intermediação;

8.7. Quanto à transferência de recursos.

Cabe a contratada administrar e repassar ao Senado Federal os valores decorrentes das vendas realizadas pela contratante para ambas as formas de comercialização (física ou virtual), em todas as modalidades, referentes à totalidade das **transações** realizadas por intermédio **do sistema de operação de pagamento** fornecido, devendo:

8.7.1. Apurar mensalmente o montante comercializado em todas as modalidades e efetuar diretamente ao Senado Federal, até o dia 15 de cada mês, o repasse único do faturamento líquido (descontado o **VSDTI - Valor do serviço decorrente de taxas de intermediação**) referente às transações efetuadas no mês anterior, via Guia de recolhimento da União – GRU, sem a necessidade de um intermediário financeiro, encaminhando ao Senado Federal o devido o comprovante de recolhimento.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

8.8. Quanto a emissão de nota fiscal / fatura:

A contratada deverá emitir mensalmente notas fiscais ou faturas, discriminando:

- a) Valor referente ao total de taxas de intermediação da modalidade crédito;
 - b) Valor referente ao total de taxas de intermediação da modalidade débito;
 - c) Valor referente ao total de taxas de intermediação da modalidade pix;
- A nota fiscal/fatura deverá ser encaminhada, até o 15º dia corrido do mês, juntamente com comprovante de recolhimento dos valores a serem transferidos ao Senado Federal, referentes à seção 8.6.1 do TR
 - Emitida a nota fiscal/fatura e entregue ao Senado Federal, a gestão/fiscalização irá confrontar as informações e atestar a prestação dos serviços e, havendo vício a sanar, o mesmo deverá ser reparado em até 5 dias úteis após manifestação do gestor.

9. Condições de recebimento do objeto

Efetivada a prestação dos serviços, realizado o repasse único ao Senado Federal dos valores referentes à seção 8.6 do presente termo de referência e apresentada a nota fiscal/fatura, será emitido, **mensalmente**, por servidor ou comissão designada para este fim, até o último dia útil subsequente ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados. termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais:

10.1.1. 15% (quinze por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.2. 2% (dois por cento), a partir do dia 2º (segundo) até o 30º (trigésimo);

10.2. Excepcionalmente para o atraso injustificado na transferência de recursos detalhados no item 8.7 desde TR, os percentuais aplicados serão:

10.2.1. 30% (trinta por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.2.2. 2% (dois por cento), a partir do dia 2º (segundo) dia até o limite de 30%;

10.3. Os percentuais apresentados nesta seção terão como base de cálculo o VSDTI (**Valor do serviço decorrente de taxas de intermediação**) que a empresa recebeu no seu mês de maior faturamento





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

bruto junto ao Senado Federal (ou seja, sua maior nota fiscal / fatura bruta), considerando todos os meses durante a vigência contratual executada.

11. Forma de pagamento

O pagamento compõe o VSDTI (Valor do serviço decorrente de taxas de intermediação) e dar-se-á pelo modelo de desconto mensal, juntamente ao repasse dos montantes que são do Senado Federal em decorrência das vendas realizadas.

12. Condições de reajuste

12.1. O preço poderá ser reajustado no prazo de 12 meses a partir da data de celebração do ajuste.

12.2. O índice de reajuste a ser adotado deverá ser o INPC

12.3. O valor de que deve ser reajustado a cada ano é a **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** cobrada para cada operação.

13. Garantia contratual

13.1. Será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois a contratação pretendida não se encaixa em quaisquer das hipóteses previstas no § 2º, do art. 18, do Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022 e, portanto, será exigida a garantia contratual.

13.2. A garantia deverá ser prestada no percentual de 5 % (cinco por cento) do valor global do contrato decorrente deste TR.

13.2.1. O referido percentual se justifica com base no risco ao Senado Federal, visto que a empresa trabalha com um ciclo de repasse de valores que são da instituição.

14. Plano de contratações

14.1. 20250211

15. Responsável pela elaboração do TR

(Assinado eletronicamente)

Fabício Ferrão Araujo

SEGCIG

De acordo.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Rodrigo César de Melo Barbosa
Gestor do Contrato

De acordo.

(Assinado eletronicamente)
Rafael André Chervenski
Diretor da SEGRAF





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

ANEXO I

1. Especificações técnicas do objeto

Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATMAT / CATSER
1	1	Serviço	Serviço mensal por intermédio de sistema de operação para pagamentos via PIX. (Montante estimado a ser transacionado: R\$ 1.280.000,00)	21300
2	1	Serviço	Serviço mensal por intermédio de sistema de operação para pagamentos via crédito. (Montante estimado a ser transacionado: R\$ 400.000,00)	21300
3	1	Serviço	Serviço mensal por intermédio de sistema de operação para pagamentos via débito. (Montante estimado a ser transacionado: R\$ 320.000,00)	21300

Conforme detalhado ao longo do TR, os serviços serão realizados de forma física e virtual. Portanto, compõem o serviço, na forma do TR:

- Integração entre o sistema de operação de pagamentos e livraria virtual.**
- Disponibilização de 10 terminais móveis de pagamento.**





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

ANEXO II

1. Valor estimado da contratação*

Item	Quantidade	Unidade	Descrição resumida	Estimativa de arrecadação (R\$) - A	Taxa sobre a transação (%) - B	Valor Total (R\$) – C= [A * B]
1	1	Serviço	Serviço mensal por intermédio de sistema de operação para pagamentos via PIX. (Montante estimado a ser transacionado: R\$ 1.280.000,00)	1.280.000,00	1,99%	25.472,00
2	1	Serviço	Serviço mensal por intermédio de sistema de operação para pagamentos via crédito. (Montante estimado a ser transacionado: R\$ 400.000,00)	400.000,00	2,99%	11.960,00
3	1	Serviço	Serviço mensal por intermédio de sistema de operação para pagamentos via débito. (Montante estimado a ser transacionado: R\$ 320.000,00)	320.000,00	1,89%	6.048,00
VSDTI (Valor do Serviço decorrente de taxas de intermediação):						43.480,00

*Em que pese constar do sistema Compras.gov.br unidade distinta, para fins de formulação da proposta deverão ser consideradas as unidades de medida informadas na tabela acima, nos termos do anexo II deste TR.

